

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Gilles dos Santos Garios

UNIFIL:

Características, desafios e perspectivas de uma operação de paz de 42
anos.

Orientador: Conor Foley

Rio de Janeiro

2020.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Gilles dos Santos Garios

UNIFIL:

Características, desafios e perspectivas de uma operação de paz de 42
anos.

Orientador: Conor Foley

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-
Rio) como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro

2020.1

Agradecimentos

Esse momento representa o final de um ciclo, e não seria possível passar por ele sem mencionar algumas pessoas que tiveram e ainda têm um papel fundamental nessa história. Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, especialmente à minha mãe, que sempre lutou e se esforçou ao máximo para me fornecer todos os recursos para que eu tivesse uma educação de qualidade, e sempre me apoiou quando eu precisei. Também preciso agradecer ao meu irmão Ciro, que me acompanha em todos os momentos. Eu agradeço muito também, à minha namorada, Érica, que através do seu amor e carinho me ajuda em todos os aspectos da vida. Não poderia deixar de agradecer aos meus cães, Luke e Simba, pela amizade, pelo companheirismo, pelo carinho e pela companhia de todas as horas. Devo agradecer também à minha família como um todo. Aos meus amigos, especialmente os que conheci na PUC.

A todos os professores do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, que tanto me transmitiram o conhecimento que me ajudou a me tornar uma pessoa maior e melhor. Entretanto, gostaria de agradecer especialmente a Conor Foley, pelas orientações e ensinamentos, e Ricardo Oliveira, que tanto me ajudou em minha vida acadêmica, e na execução deste trabalho. Também gostaria de agradecer aos professores Marcello Cappucci e Renata Summa, pelo enriquecimento que me proporcionaram. E por último, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

Em 1978, foi criada a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, em inglês), em resposta a uma invasão de tropas israelenses ao sul do Líbano. Através dessa operação, a ONU buscava garantir a retirada das tropas de Israel do território libanês, e posteriormente auxiliar na reconstrução da soberania do Estado do Líbano.

Este estudo busca analisar a UNIFIL, observando os fatores que favoreceram ou não a missão e os efeitos que a atuação dessa operação teve sobre o conflito e as populações locais. Através deste trabalho, também busco entender o objetivo final da operação, o relacionando com as práticas executadas pela UNIFIL. A análise se desdobrará abordando inicialmente o contexto histórico que levou ao estourar dos conflitos violentos no Líbano. Na parte seguinte, analisarei as atividades executadas pela UNIFIL e seus efeitos práticos para que se estabeleça a paz. Por último apresentarei críticas à UNIFIL, analisando suas perspectivas para o futuro.

Palavras-Chave: UNIFIL; Operações de Paz; ONU; Líbano

Abstract

In 1978, the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) was created in response to an invasion of Israeli troops in southern Lebanon. Through this operation, the UN sought to guarantee the withdrawal of Israeli troops from Lebanese territory, and subsequently provide assistance in the reconstruction of the sovereignty of the State of Lebanon.

This study seeks to analyze UNIFIL, observing the factors that favored or not the mission and the effects that the acting of this operation had on the conflict and the local populations. Through this study, I also seek to understand the final objective of the operation, relating it to the practices performed by UNIFIL. The analysis will unfold by initially addressing the historical context that led to the outbreak of violent conflicts in Lebanon. In the next part, I will analyze the activities carried out by UNIFIL and their practical effects for the establishment of peace. Finally, I will present criticisms of UNIFIL, analyzing its perspectives for the future.

Keywords: UNIFIL; Peacekeeping; United Nations; Lebanon

Sumário

1. Introdução	7
2. Contexto Histórico	9
2.1 Líbano	9
2.2 UNIFIL	15
3. Dados e Desafios da UNIFIL	21
3.1 Operações em Terra.....	21
3.2 Força-Tarefa Marítima	24
3.3 UNIFIL e o Novo Coronavírus (Covid-19)	27
4. Críticas	30
4.1 Abordagem da Missão.....	31
4.2 Fatalidades	38
4.3 Duração da Missão	40
4.4 Perspectivas para o Futuro	42
5. Conclusão	44
6. Referências Bibliográficas	48

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa UNIFIL 22

Figura 2 - Gráfico de Fatalidades das Operações de Paz da ONU39

1. Introdução

Depois de um longo processo, com uma série de eventos que levaram instabilidade interna ao Líbano, foi criada, no ano de 1978, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, em inglês), uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), que existe até os dias atuais (FOLEY, 2017, p. 69).

Ao longo de sua existência, a UNIFIL passou por diferentes momentos e contextos históricos, encarando diversos tipos de obstáculos e singularidades, que afetaram diretamente os rumos dessa operação de paz da ONU.

O presente trabalho busca analisar a trajetória da UNIFIL desde sua criação, até os dias atuais. Para fazer uma análise profunda, buscarei expor os processos ocorridos na história recente libanesa, que culminaram nos conflitos ocorridos na região sul do Líbano, assim como os efeitos desses conflitos para a remodelação da situação nessa região.

Busco entender como as circunstâncias internacionais se somaram às particularidades e conflitos internos à sociedade libanesa, desencadeando um conflito extremamente complexo, e como esses mesmos fatores proporcionaram uma manutenção das tensões entre as partes desse conflito.

Atualmente a UNIFIL é uma das operações de paz mais duradouras, o que nos faz questionar sua eficácia e a real possibilidade de serem cumpridos os objetivos aos quais ela se propõe.

A criação da UNIFIL se deu como uma resposta à invasão israelense ao sul do Líbano em 1978. Esse momento, em plena Guerra Fria, dificultou a ação da operação, uma vez que o Conselho de Segurança da ONU enfrentava frequentes paralisações decorrentes da bipolaridade que regia o sistema internacional naquele momento (ONU BRASIL, SD). A UNIFIL foi implementada a pedido do governo libanês, entretanto as outras partes do conflito não foram consultadas sobre o estabelecimento da missão, o que por sua vez fez com que a UNIFIL muitas vezes não fosse vista como legítima por essas partes (NOVOSSELOFF, 2015).

Em decorrência desses fatores, que posteriormente foram somados a outros, a UNIFIL se deparou com diversos obstáculos para atuar conforme determinava o mandato da missão.

Em 2006, após o escalar de um novo conflito de grandes proporções, a UNIFIL passou por significativas mudanças, fortalecendo a missão e adotando uma série de novas práticas para garantir a manutenção da paz na região. Entretanto, atualmente as perspectivas para o futuro da região não apresentam grandes mudanças.

Neste trabalho, buscarei entender os motivos da longa duração da UNIFIL, assim como sua real contribuição para a busca da paz no sul do Líbano. Também procuro entender a evolução da estrutura dessa missão ao longo do tempo, para com isso compreender quais as abordagens a UNIFIL procurou e ainda procura adotar, relacionadas com o contexto histórico. Por último, pretendo descobrir as os planos e as perspectivas para o futuro da missão, analisando se estes são coerentes com os objetivos estabelecidos no mandato da operação.

Para entendermos a situação completa, apresentarei o trabalho, abordando inicialmente a história do Líbano, expondo as características que dividiram internamente o país e que resultaram no início da Guerra Civil Libanesa, e posteriormente na invasão israelense ao país, assim como a história da UNIFIL, ao ser inserida nesse cenário. Em seguida, abordarei as práticas da UNIFIL, retratando as atividades e os meios usados pela missão, em busca de cumprir com seus objetivos estabelecidos em seu mandato. Por fim, apresentarei algumas críticas sofridas pela missão ao longo de sua história, e questionamentos para o seu futuro.

2. Contexto Histórico

2.1 Líbano

Para entender por completo as questões e eventos que levaram o Líbano a possuir uma sociedade tão dividida, seria necessário fazer um estudo histórico muito grande e específico acerca dessa região. Portanto, no presente trabalho, farei uma análise histórica mais recente do Líbano, iniciando a abordagem no momento entre o final do século XIX e o início do século XX, que, com o final do Império Otomano - que governou a região do atual Líbano por séculos - representa um período no qual podemos observar mais claramente as ações dos diferentes grupos sociais e étnicos que ali viviam, e cujas divergências, mais tarde acarretariam nas condições para a implementação da UNIFIL.

Devido à variedade de grupos (comunidades confessionais) não muçulmanos na região do Oriente Médio, o Império Otomano criou um sistema chamado de “*millet*”, que representavam comunidades religiosas jurídicas, que eram toleradas pelo sultão (o que de certa forma reforçava as divisões internas no território). Um exemplo dentre essas minorias religiosas eram os cristãos, que eram compostos por quatro principais grupos: os gregos, os armênios, os coptas e os arameus (que contavam com os maronitas, grupo que viria a se destacar na formação do Estado do Líbano). Esse sistema permitiu que esses grupos administrassem suas comunidades com certa autonomia, diante dos otomanos. Mesmo assim, o poder central otomano atuava diretamente nas decisões locais dessas comunidades, o que por sua vez, fez com que algumas populações de *millets* passassem a encarar o sultão como uma figura distante e autoritária sobre suas comunidades. Isso representou um certo fracasso desse sistema, pois originalmente os *millets* visavam usar os líderes locais dessas comunidades como uma espécie de ponte entre as mesmas e o Estado Otomano. (Meihy, 2016, p. 52-53).

Através desse cenário, potências ocidentais (especialmente França e Grã-Bretanha), usaram de um discurso de defesa de minorias para intervir em territórios otomanos no Oriente Médio, inclusive no Líbano. Os principais casos de interferência externa ocorreram em comunidades cristãs (com foco nos maronitas, que identificavam no Papa, a autoridade máxima sobre as normas da

comunidade). Com o passar do tempo, outros *millets* começaram a questionar o poder otomano sobre suas comunidades, o que levou muita instabilidade para essa região. Essa instabilidade levou o Império Otomano a elaborar uma série de reformas políticas e administrativas, conhecidas como “*Tanzimats*”, que levavam moldes das sociedades europeias para as comunidades da região. (Meihy, 2016, p.53-54).

Essas características das sociedades europeias passaram a fragilizar cada vez mais o controle otomano sobre a região, principalmente nas comunidades confessionais que não reconheciam a liderança do sultão. A crescente intervenção de potências europeias nos territórios otomanos fez com que alguns grupos locais fizessem alianças com potências europeias, que foi o caso dos maronitas com os franceses e também dos drusos com os ingleses. Isso levou para essa região a rivalidade entre os europeus, que resultou no conflito maronita-druso em meados do século XIX, pondo fim na tradicional convivência pacífica entre as comunidades confessionais. Sob essa realidade, a França levou tropas de seu exército para a região. (Meihy, 2016, p.54-55).

Para reverter essa situação caótica, é criado em 1861, um regime chamado Mutassarifato. Esse regime, estabelecido pelos europeus, determinava que o controle na região do Monte Líbano caberia a um governador otomano e a um “Conselho Administrativo”, formado por líderes das comunidades da montanha (maronita, drusa, católica grega, ortodoxa grega, sunita e xiita). A divisão dos membros do conselho privilegiava os cristãos, contando com quatro maronitas, três drusos, dois ortodoxos gregos e um para cada uma das outras três comunidades. O regime do Mutassarifato funcionou com de forma consideravelmente estável até o ano de 1914, quando na Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano se aliou aos alemães contra França e Inglaterra, culminando no fim desse regime e em fortes opressões às comunidades que haviam se aproximado de franceses e ingleses (Meihy, 2016, p.55-56).

Em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, França e Inglaterra firmaram o Acordo Sykes-Picot, que estabelecia a divisão dos territórios otomanos, após o fim da guerra. Após a guerra, a França, seguindo o estabelecido no acordo ficou com o controle sobre as áreas que atualmente compreendem o Líbano e a Síria. A presença das potências europeias na região foi reconhecida

como legítima pela Liga das Nações, e então a França passou a exercer um tipo de poder colonial indireto na região, o chamado “protetorado”. Nos anos que se seguiram, o Líbano começou a se formar politicamente, com a criação de um Conselho Representativo, em 1922, e com a adoção de uma Carta Constitucional provisória, inspirada nas Constituições francesa e belga, em 1926. Apesar disso, o sistema político não estabelecia bem o equilíbrio de poder entre os grupos religiosos, sendo possível de se ver a diferenciação das comunidades confessionais somente na divisão de assentos no Senado. Apesar das diferenças entre as comunidades, um sentimento de descontentamento com as interferências francesas no país crescia na maior parte da população (Meihy, 2016, p.56-58).

Nos anos seguintes, as tensões entre Líbano e França cresceram, em decorrência das constantes intervenções francesas nas decisões políticas libanesas. Esse cenário intensificou os desejos da população libanesa pela independência, se sobrepondo às diferenças dos grupos internos. Em 26 de novembro de 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a primeira declaração de independência do Líbano, entretanto, a França não permitiu e as tensões aumentaram ainda mais. Somente em 1943, a Câmara dos Deputados libanesa revogou todos os artigos relacionados ao domínio francês, o que gerou uma repressão francesa. Entretanto, a população do Líbano se uniu contra os colonizadores, e devido à fragilidade da França em decorrência da guerra na Europa, em 22 de novembro de 1943, os franceses reconheceram a independência libanesa (Meihy, 2016, p.59).

Com a união das comunidades confessionais naquele momento, foi criado, em 1943, o Pacto Nacional, no qual, entre suas determinações, os cristãos a sua desvinculação com potências europeias (principalmente com a França), e os muçulmanos renunciavam ao plano de unir o Líbano à Síria e outros movimentos de pan-arabismo que pusessem em risco o Estado do Líbano. Outro ponto do Pacto Nacional era responsável por dividir a política no país de acordo com seus grupos internos. De acordo com o Pacto Nacional, a presidência da República seria destinada a um membro da elite maronita, enquanto a presidência do Conselho de Ministros seria destinada a um membro da elite muçulmana sunita, e a presidência do Parlamento ficaria a cargo de um membro muçulmano xiita, uma terceira elite confessional do país (Meihy, 2016, p.59-62).

As consequências do Pacto Nacional começaram a ser vistas nos anos seguintes, pois, mesmo que o mesmo buscasse por trazer um equilíbrio entre as comunidades confessionais na esfera política, os privilégios destinados aos maronitas e sunitas resultaram em crises políticas no país. Além das divisões internas ao Líbano, naquele momento, a Guerra Fria levou mais debates e divergências. Enquanto o mundo sofria com a bipolaridade entre o comunismo defendido pela União Soviética e o capitalismo defendido pelos Estados Unidos, o Oriente médio sofria com outro conflito bipolar, que se pautava entre o nacionalismo local e o pan-arabismo (cujo principal líder era o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser), o que por sua vez, acentuou os conflitos de interesses das comunidades libanesas. Com a sociedade libanesa dividida, institucionalmente dividida pelo Estado libanês, o país passou por uma série de governos conturbados e com pouco sucesso. Até o governo de Fuad Shehab, que criou instituições importantes para o país e conseguiu encaminhar um período de desenvolvimento econômico para o país, entretanto as divisões étnicas na política foram reforçadas, diminuindo o poder do Estado dentro das comunidades confessionais (Meihy, 2016, p.62-65).

Em 1964, Shehab se retirou da política, desistindo de seu projeto após enfrentar adversidades que incluíram uma tentativa de golpe militar a favor da união com a Síria. Em 1969, secretamente, o Líbano assinou os Acordos do Cairo, que permitiam o direito à cidadania ao movimento armado palestino, liderado por Yasser Arafat. Essa questão, dividiu ainda mais a sociedade libanesa, pois enquanto uma parte apoiava a atuação e presença da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em território libanês, outra parte não se sentia confortável em arcar com as possíveis consequências dessas ações. A partir desse momento, passaram a surgir grupos armados de diferentes comunidades confessionais (Meihy, 2016, p.66-68).

Com esse cenário, que expunha a grande divisão da sociedade libanesa, e foi somado ao fracasso do Pacto Nacional, às divisões entre “esquerda” e “direita” impulsionadas pela Guerra Fria, e por último a questão da Palestina, em 1975, foi iniciada a Guerra Civil Libanesa. Esse conflito imediatamente chamou a atenção de atores externos (primeiramente Arábia Saudita e Síria), e em 1976 a Liga dos Estados Árabes criou a “Força Árabe de Dissuasão”, através da qual enviou tropas

para tentar conter os confrontos. A maioria do contingente militar da “Força Árabe de Dissuasão” era proveniente da Síria, o que fortaleceu a presença desse país no Líbano e possibilitou a eleição de um presidente pró-Síria, ainda em 1976. Outro ator externo de grande importância para o conflito foi o Estado de Israel, que após conseguir negociar a paz com o Egito, em 1978, acreditava na possibilidade de um acordo similar com o Líbano, e para isso buscou apoiar (inclusive militarmente) um grupo libanês que estivesse disposto a dialogar, os maronitas (Meihy, 2016, p.69-70).

Essa aproximação entre os maronitas e Israel fez com que a Síria bombardeasse cidades e bairros de maioria cristã e levou bases de lançamento de mísseis para as regiões mais próximas de Israel. Em março de 1978, Israel lança uma ofensiva em território libanês, em represália a um ataque palestino em território israelense (BBC Brasil, 2003). Dias depois da invasão israelense, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), aprova, em 19 de março de 1978, as resoluções 425 e 426, criando a UNIFIL, com os objetivos de confirmar a saída das tropas israelenses do Líbano, restaurar a paz e a segurança internacional, e auxiliar o governo libanês a recuperar sua autoridade no território nacional (UN,2019).

Na sequência desses eventos, em 1982, tropas israelenses realizaram uma invasão em grande escala ao território libanês, a “Operação Paz na Galileia”, sob a alegação de conter ataques da OLP. Através dessa operação militar, as tropas israelenses chegaram até Beirute, onde realizaram um cerco e bombardeios à cidade. Nesse contexto, de grande presença israelense no Líbano, somado ao sentimento de fragilidade da população xiita e outros fatores, nasceu a milícia Hezbollah (com apoio iraniano). O Hezbollah ganhou força pelo desenvolvimento da infraestrutura em locais diretamente atingidos pelo conflito, mas o principal fator de fortalecimento desse grupo foi o seu braço armado, que passou a combater a presença de Israel e obter vitórias (Meihy, 2016, p.70-73). Ainda em 1982, uma força de paz liderada pelos Estados Unidos desembarcou em Beirute, onde garantiu a evacuação de milhares palestinos da cidade, que ainda sofria o cerco israelense. (Foley, 2017, p.71). Após a morte de inúmeros civis que não foram evacuados pela força de paz liderada pelos americanos, Líbano e Israel, em maio de 1983 assinam um tratado garantindo a retirada das forças israelenses do

território libanês e a criação de uma zona de segurança ao sul do Líbano, próximo à fronteira com Israel, contudo, parte das tropas israelenses permanece ao sul, não se retirando por completo (BBC Brasil, 2003).

Em 1989, após uma reunião de chefes de Estado árabes em Casablanca, no Marrocos, a Liga dos Estados Árabes publicou uma nota condenando a interferência da Síria no Líbano e cobrou o início de negociações de paz para o conflito. O governo sírio reivindicou a necessidade de uma reconciliação entre os grupos armados libaneses e a formação de um governo nacional unido e que privilegiasse as relações com a Síria. Na sequência desses fatos, políticos libaneses realizaram uma sessão de negociação em Taif, na Arábia Saudita, e firmaram um acordo de paz, o Acordo de Taif (Meihy, 2016, p.70-73). Em 1990, é terminada a Guerra Civil Libanesa, e no ano seguinte a Assembleia Nacional determinou o fim de todas as milícias do país, com exceção do Hezbollah, que recebeu permissão para continuar ativo (BBC Brasil, 2003).

Após anos de tentativas de reorganização interna no Líbano, em 1996, Israel iniciou a “Operação Vinhas de Ira”, em busca de aniquilar o poderio bélico do Hezbollah. Essa operação tinha diversas localidades como alvos, como regiões mais ao sul do Líbano e até partes de Beirute. Durante esse ataque israelense, um abrigo da UNIFIL, na cidade de Qana, foi atingido, causando a morte de pessoas inocentes. Somente no ano 2000, as tropas israelenses se retiram das regiões que ainda ocupavam, embora tenham permanecido em uma pequena porção do território libanês na região da tríplice fronteira dos dois países com a Síria (Meihy, 2016, p.76). Nos anos seguintes, o Líbano passou por uma crise em decorrência das interferências de atores externos, e em razão dessa crise, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1559, que reforçava a soberania libanesa sobre seu território e estabelecia a retirada de grupos armados não-libaneses remanescentes e o desarmamento das milícias libanesas, o que incluía o Hezbollah (UN, 2004).

Após anos de forte instabilidade interna, a situação do Líbano melhorou muito após o término da guerra civil, entretanto, atualmente o país ainda tem um longo caminho a seguir para alcançar a tão necessária estabilidade política e econômica (Meihy, 2016, p.77). E para que essa estabilidade se torne realidade,

existem diversas instituições trabalhando, como é o caso da ONU, através da UNIFIL, que trabalha pela paz nessa região ainda tão conflituosa.

2.2 UNIFIL

Como pudemos analisar anteriormente, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL em inglês), foi criada em 1978, após uma invasão israelense ao território libanês, e por meio das resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança da ONU, estabelecia o mandato da missão com os seguintes objetivos:

Confirmar a retirada das forças israelenses do sul do Líbano.

Restaurar a paz e a segurança internacional.

Auxiliar o Governo do Líbano em garantir o retorno de sua autoridade efetiva na área. (UNIFIL, 2019, tradução nossa).¹

Com o agravamento do conflito no Líbano, Israel deu início à “Operação Paz na Galileia”, em 1982, que perpetrou uma grande invasão ao território libanês (Meihy, 2016, p.70). Após essa invasão, o Conselho de Segurança percebeu que a UNIFIL não conseguiria cumprir seu mandato, sob as novas circunstâncias que se apresentavam, e em consequência disso, ainda em 1982, o mandato da missão foi ajustado, através da resolução 511 (UNIFIL Press Kit, sd). Através desse ajuste, a missão foi autorizada a realizar determinadas tarefas delineadas no relatório do secretário-geral. Dessa forma, foi determinado que as tropas deveriam manter suas posições e dentro do possível, proteger e fornecer assistência à população das áreas em questão (UNIFIL Press Kit, sd).

Nesse contexto, algumas ações tomadas pela UNIFIL tiveram resultados muito negativos. Um exemplo disso, foi durante a invasão israelense em 1982, na qual parte das tropas da UNIFIL, na tentativa de proteger populações civis, se

¹ Original: Confirm the withdrawal of Israeli forces from southern Lebanon.

Restore international peace and security.

Assist the Government of Lebanon in ensuring the return of its effective authority in the area.

colocaram entre as tropas israelenses e as populações locais (Foley, 2017, p.71). Além dos resultados negativos, essa ação fez com que as tropas da UNIFIL passassem três anos atuando atrás das linhas israelenses, sendo limitadas a fornecer proteção e assistência humanitária à população local (UNIFIL Press Kit, sd).

No ano 2000, a retirada das tropas de Israel do território do Líbano representou um ponto positivo para a UNIFIL, pois a missão foi considerada bem sucedida em dois, dos três objetivos do mandato inicial da missão, ao confirmar a retirada das tropas israelenses e ao auxiliar o governo libanês na retomada da sua autoridade sobre o território de seu país (UNIFIL Press Kit, sd).

Através dessa situação, a UNIFIL passou a se focar no último ponto de seu mandato original, que tinha como objetivo a restauração da paz e da segurança internacional (UNIFIL Press Kit, sd). Para isso, a ONU enviou cartógrafos especialistas na região, para demarcar uma linha, em conformidade com as fronteiras internacionalmente reconhecidas do Líbano. Os governos de Líbano e Israel aceitaram que a ONU fizesse essa demarcação e garantiram que a respeitariam. Após o estudo dos especialistas da ONU, a linha entre os dois países foi delimitada, e passou a ser chamada Linha Azul (Blue Line). O governo libanês, com assistência da UNIFIL, começou a enviar suas tropas ao território desocupado por Israel, entretanto, diversas violações da Linha Azul, por parte de Israel suspenderam o envio das tropas libanesas e da UNIFIL para o sul do Líbano, até que Israel confirmou que retiraria suas violações até julho de 2000 (UNIFIL Background, sd).

Com o passar dos anos, o exército libanês foi aumentando sua presença nas áreas liberadas por Israel, entretanto, as autoridades libanesas deixaram o controle das regiões próximas à Linha Azul com o Hezbollah, sob a justificativa de que, em decorrência da falta de um acordo de paz com Israel, o Líbano não enviaria tropas do seu exército para patrulhar as fronteiras. Dessa forma, o monitoramento e a patrulha da Linha Azul recaíram sobre as tropas da UNIFIL. Essa situação permitiu a ocorrência de diversas violações da Linha Azul, provenientes de ambos os lados, e apesar das tentativas por parte da ONU e da UNIFIL de convencer as autoridades libanesas a assumir as suas

responsabilidades ao longo da Linha Azul, nenhum desses diálogos conseguiu obter sucesso (UNIFIL Background, sd).

Em 2001, como consequência da situação relativamente tranquila ao longo da Linha Azul, com a ocorrência de apenas algumas pequenas violações, a UNIFIL teve a sua força reduzida à sua capacidade operacional original, e também teve a sua duração estendida em mais seis meses através da resolução 1337 do Conselho de Segurança. Em abril de 2001, o secretário-geral apresentou ao Conselho as recomendações para a reconfiguração da UNIFIL. Esse relatório dizia que na ausência de um acordo de paz entre Líbano e Israel, a UNIFIL deveria operar ao longo da Linha Azul, e dialogando com as partes envolvidas para que as mesmas parassem com as violações à linha. Era recomendado também que a UNIFIL operasse através de tropas armadas e observadores desarmados, e que com o tempo, a missão fosse passando por uma redução gradual de seu contingente (UNIFIL Background, sd).

Após alguns anos, em 2006, as hostilidades entre os dois lados voltaram a sofrer um escalonamento, quando em 12 de julho, combatentes do Hezbollah cruzaram a Linha Azul e atacaram uma patrulha israelense, o que culminou no sequestro de dois soldados de Israel. Além disso, o Hezbollah lançou, simultaneamente com a violação da Linha Azul, uma série de mísseis do território libanês contra posições das Forças de Defesa de Israel (FDI) próximas à costa israelense e nas proximidades da cidade israelense de Zarit. Esses ataques foram sucedidos por uma série de intensas trocas de tiros ao longo da linha, entre os combatentes do Hezbollah e os soldados das FDI, sendo mais violentos em regiões específicas, como foi o caso das fazendas de Shabaa, que havia sido a última região ocupada por Israel (UNIFIL Background, sd).

O agravamento desse conflito levou Israel a executar ataques por vias aéreas, terrestres e marítimas. Os ataques aéreos israelenses tinham como objetivo além das posições do Hezbollah, estradas e pontes, sendo que alguns desses alvos se localizavam dentro de regiões de atuação da UNIFIL. Apesar da situação ter se estabilizado nos anos anteriores, o estourar desse conflito fez a situação na região mudar por completo, impossibilitando a UNIFIL de fazer operações básicas. Nesse contexto, o Conselho de Segurança, estendeu o mandato da missão em um mês (até 31 de agosto), por meio da resolução 1697, e também solicitou aos dois

lados que não executassem ações nas regiões das bases da UNIFIL, e que não pusessem as vidas dos funcionários da ONU em risco (UNIFIL Background, sd).

Em decorrência desses eventos, a ONU manteve contato constante com os líderes dos dois países e de outras partes envolvidas. Durante o conflito, apesar dos grandes riscos, as tropas da UNIFIL continuaram a desempenhar parte das suas funções, o que por sua vez acabou por vitimar as vidas de cinco funcionários da ONU entre os meses de julho e agosto daquele ano. Em 11 de agosto de 2006 o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1701, solicitando o cessar de todas as hostilidades. Além da resolução, o Conselho de Segurança criou uma zona especial para atuar como um amortecimento entre os dois lados. Nessa zona, entre a Linha Azul e o rio Litani (ao norte da linha), não seria permitida a presença de combatentes armados, bens e armas que não pertencessem ao governo do Líbano ou à UNIFIL. O governo do Líbano, junto da Liga Árabe, apresentou uma série de demandas, que incluíam um cessar-fogo ao longo da fronteira e uma troca de prisioneiros entre o Hezbollah e Israel. A resposta da ONU na resolução por sua vez, apontava a necessidade da libertação incondicional de todos os prisioneiros. Outros pontos levantados na resolução apontavam a necessidade de ambas as partes respeitarem a Linha Azul, o respeito à soberania do Líbano sobre seu território, o monopólio das armas pelo governo libanês e a colaboração de Israel com a ONU acerca das minas terrestres remanescentes no território libanês. Esses eventos foram acompanhados da decisão do governo libanês de enviar 15 mil soldados para a região do conflito (UNIFIL Background, sd).

Na sequência desses eventos, o Conselho de Segurança decidiu por fazer mudanças na UNIFIL, estendendo o seu mandato até agosto de 2007 e aumentando a força da missão de 2 mil soldados para o máximo de 15 mil. Dentre outros objetivos, a resolução 1701 foi responsável por implementar mudanças ao mandato da UNIFIL, fortalecendo e expandindo o mesmo (UNIFIL Background, sd). Após essas mudanças estabelecidas pela resolução 1701, o mandato da UNIFIL, além dos seus tópicos determinados originalmente, passou a adotar os seguintes aspectos:

Monitorar o cessar das hostilidades.

Acompanhar e apoiar as forças armadas libanesas à medida que elas se deslocam pelo Sul, inclusive ao longo da Linha Azul, conforme Israel retira suas forças armadas do Líbano.

Coordenar suas atividades mencionadas no parágrafo anterior com o Governo do Líbano e o Governo de Israel.

Estender sua assistência para ajudar a garantir o acesso humanitário às populações civis e o retorno voluntário e seguro das pessoas deslocadas.

Auxiliar as Forças Armadas Libanesas (LAF) a tomar medidas em direção ao estabelecimento entre a Linha Azul e o rio Latani de uma área livre de pessoal armado, bens e armas que não sejam do Governo do Líbano e da UNIFIL estabelecida nessa área.

Auxiliar o Governo do Líbano, a seu pedido, em proteger suas fronteiras e outros pontos de entrada para impedir a entrada de armas ou material relacionado no Líbano sem o seu consentimento. (UNIFIL, 2019, tradução nossa).²

Pouco tempo após a implementação da resolução 1701, a ONU observou, através dos relatórios do secretário-geral, que os dois lados estavam respeitando as decisões e que a Linha Azul estava sendo respeitada, com apenas algumas poucas violações sem caráter ofensivo. O relatório também apontou que a situação estava

² Original: Monitor the cessation of hostilities.

Accompany and support the Lebanese armed forces as they deploy throughout the South, including along the Blue Line, as Israel withdraws its armed forces from Lebanon.

Coordinate its activities referred to in the preceding paragraph (above) with the Government of Lebanon and the Government of Israel.

Extend its assistance to help ensure humanitarian access to civilian populations and the voluntary and safe return of displaced persons.

Assist the Lebanese Armed Forces (LAF) in taking steps towards the establishment between the Blue Line and the Litani river of an area free of any armed personnel, assets and weapons other than those of the Government of Lebanon and of UNIFIL deployed in this area.

Assist the Government of Lebanon, at its request, in securing its borders and other entry points to prevent the entry in Lebanon without its consent of arms or related materiel.

se acalmando, com a retirada das tropas israelenses do Líbano e com o retorno gradual dos aproximadamente um milhão de libaneses que haviam sido deslocados com o conflito. Entretanto, o secretário-geral frisou em seu relatório que esses eram somente os resultados de um primeiro passo, e que ainda seriam necessárias muitas ações da ONU e da comunidade internacional para garantir o fim permanente das hostilidades e levar uma paz sustentável para a região (UNIFIL Background, sd).

Com a reconfiguração da UNIFIL, os reforços de tropas começaram a chegar em setembro de 2006, e impressionaram a todos pela velocidade com a qual a missão foi fortalecida em sua área de operação (UNIFIL Background, sd).. Uma das mais relevantes mudanças na UNIFIL, em outubro de 2006, foi a criação da Força-Tarefa Marítima (*Maritime Task Force*), que pôs fim ao bloqueio aéreo e marítimo imposto por Israel ao Líbano. A Força-Tarefa Marítima foi implementada com o objetivo de auxiliar a Marinha Libanesa a patrulhar e monitorar as águas libanesas para impedir a entrada de armas e outros bens similares no Líbano por via marítima. Outro ponto em que a Força-Tarefa Marítima auxilia as autoridades libanesas é acerca do patrulhamento aéreo dos territórios terrestre e marítimo libaneses. Além desses pontos, a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL busca ajudar a Marinha Libanesa a desenvolver suas capacidades para que no futuro a mesma possa realizar essas tarefas de monitoramento e patrulha da costa libanesa por conta própria (UNIFIL, 2019).

Desde então a atuação da UNIFIL tem sido de grande importância para a manutenção da estabilidade ao longo da Linha Azul e no auxílio às Forças Armadas do Líbano no objetivo de se fortalecerem, para que dessa forma, a região seja pacificada e se torne sustentável.

3. Dados e Desafios da UNIFIL

Depois da reformulação de seu mandato em 2006, a UNIFIL passou a exercer uma série de operações que anteriormente não lhe eram designadas. Essas mudanças passaram a permitir que as tropas da UNIFIL exerçam todas as medidas necessárias para garantir a segurança de suas áreas de operação, dos funcionários da ONU, das bases e equipamentos da UNIFIL, a liberdade de circulação de agentes humanitários e funcionários da ONU, e também, respeitando a autoridade do governo libanês, proteger civis sob risco iminente (UNIFIL, 2019).

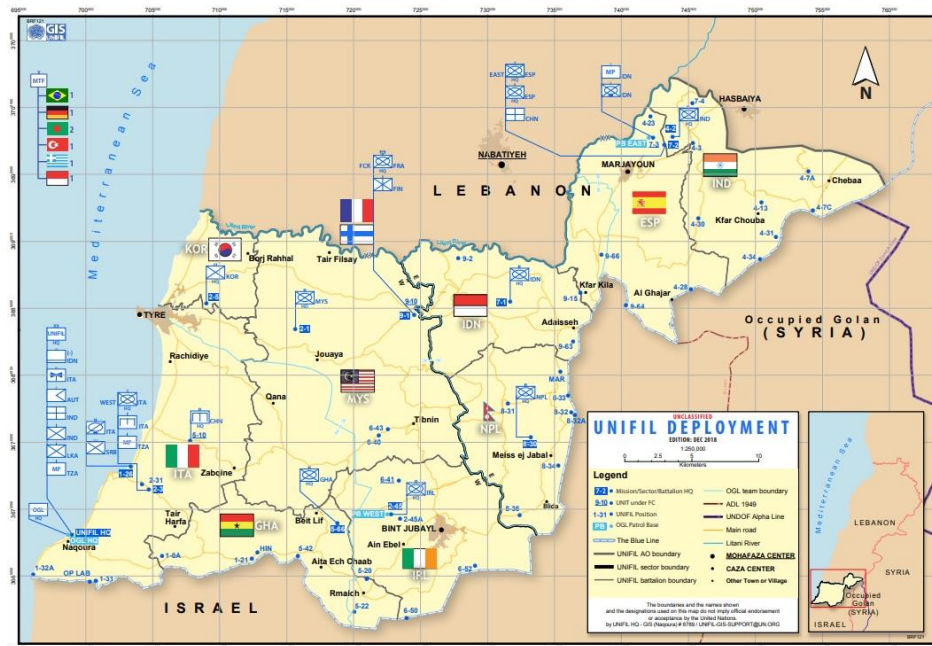
3.1 Operações em Terra

Com a definição de um mandato mais robusto, a partir de 2006, o número de operações e atividades executadas pela UNIFIL, para garantir o cumprimento desse mandato, aumentou consideravelmente.

No que se refere às atividades em terra, a UNIFIL tem em sua responsabilidade uma vasta gama de operações. Essa série de atividades ocorre em toda a área de operação da UNIFIL, entre o rio Litani e a Linha Azul. Dentro dessa área, a missão realiza patrulhas diurnas e noturnas ao longo da Linha Azul, para assegurar que não ocorram violações, e também realiza operações de desarme de explosivos e munições de fragmentação não detonados (UNIFIL, 2016).

Como dito previamente, após o conflito de 2006, o governo do Líbano decidiu enviar 15 mil soldados das forças armadas do país para o Sul, decisão essa que foi acompanhada pela autorização do Conselho de Segurança da ONU para o aumento do contingente da UNIFIL para o máximo de 15 mil militares. A partir daquele momento, além de monitorar o cessar das hostilidades, coube à UNIFIL acompanhar e auxiliar as Forças Armadas Libanesas a se estabelecerem na região. Desde então, apesar das operações da UNIFIL, a responsabilidade de garantir a segurança da área em primeira instância é das Forças Armadas Libanesas (UNIFIL, 2016).

Figura 1 – Mapa UNIFIL



Retirado do site: <https://unifil.unmissions.org/unifil-maps>

O mapa acima nos apresenta a região na qual a UNIFIL atua, entre o rio Litani e a Linha Azul, com a divisão pelos contingentes membros da missão.

Em decorrência desses eventos, atualmente, para que se alcance o objetivo de transformar a região entre o rio Litani e a Linha Azul em uma área livre de pessoal armado, bens e armas que não sejam da UNIFIL ou do governo libanês, um ponto fundamental é a cooperação entre a UNIFIL e as Forças Armadas Libanesas. Essa cooperação teve início em 2006, conforme as tropas israelenses liberavam o território do Líbano e as tropas das Forças Armadas Libanesas se deslocavam para a região, com o auxílio da UNIFIL. Na sequência desses eventos, a UNIFIL e as Forças Armadas Libanesas passaram a coordenar atividades conjuntas, como patrulhas e a criação de postos de monitoramento na área de operação (UNIFIL, 2016).

Com o passar dos anos, a relação entre a UNIFIL e as Forças Armadas Libanesas se intensificou, e a cooperação entre as duas partes passou a ocorrer através de operações conjuntas diárias de patrulhamento ao longo da Linha Azul, monitoramento em postos de controle, operações de recuperação de armamentos de conflitos anteriores, entre outras atividades (UNIFIL, 2016).

Além da forte cooperação entre a UNIFIL e as Forças Armadas Libanesas nas suas operações diárias para o cumprimento de suas respectivas responsabilidades, a intensificação da relação entre essas entidades levou ambas a cooperarem também em outros ramos, como através de exercícios militares e treinamentos conjuntos. A cooperação entre as duas Forças nesse aspecto abrange uma série de tópicos, que vão desde assuntos técnicos de natureza militar, até questões políticas e sociais, que auxiliam na compreensão da composição social do Líbano e fornecem maiores informações sobre o aspecto local da missão. Além das atividades já mencionadas, a UNIFIL e as Forças Armadas Libanesas participam de seminários conjuntos sobre questões como gerenciamento de conflitos, conscientização intercultural e até sobre planos de reação em casos de desastres naturais (UNIFIL, 2016).

Outro aspecto de extrema importância para a UNIFIL, no cumprimento do seu mandato é a observação das regiões possivelmente conflituosas. Para o cumprimento desse aspecto de seu mandato, a UNIFIL conta com o trabalho de aproximadamente 50 observadores militares, como parte do Grupo de Observadores do Líbano (OGL, em inglês), uma missão desarmada de observação militar da ONU, presente no Líbano desde 1949. A OGL faz parte da Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO, em inglês), e seus observadores militares são encarregados de realizar patrulhas nas aldeias e ao longo da Linha Azul. Devido a sua característica de não portarem armas, esse grupo consegue trabalhar com uma estreita relação com as populações locais (UNIFIL, 2016).

Assim como os aspectos anteriormente mencionados, uma das principais atividades exercidas pela UNIFIL é o desarmamento de minas terrestres e outros dispositivos explosivos remanescentes na região sul do Líbano. Para esse trabalho, a UNIFIL conta com especialistas em desarmamento de explosivos, que são responsáveis por remover esses materiais, que podem ameaçar a segurança das bases e das movimentações da UNIFIL e das Forças Armadas Libanesas. Esses especialistas também atuam em ações humanitárias de remoção de minas, em cooperação com o Serviço das Nações Unidas de Desminagem (UNMAS, em inglês). Além das minas terrestres, esses profissionais atuam realizando o desarme de dispositivos explosivos como bombas e mísseis que podem se encontrar na

região. Até o ano de 2016, as equipes de desarmamento de explosivos da UNIFIL haviam desarmado aproximadamente 34 mil dispositivos explosivos no sul do Líbano, liberando uma área de cerca de 4,8 quilômetros quadrados. Entretanto, até aquele mesmo momento, estimava-se que aproximadamente 450 mil dispositivos explosivos continuavam ativos na região, ao longo de cerca de 18 quilômetros quadrados (UNIFIL, 2016).

Uma das principais funções da UNIFIL, se refere ao papel que a missão exerce em intermediar o diálogo entre as Forças Armadas Libanesas e as Forças de Defesa de Israel. Esse fórum entre as três entidades começou em 2006, após o cessar das hostilidades, quando, dentro da base da UNIFIL em Ras Naqoura, foram discutidos o cessar das hostilidades, o cumprimento do acordo e outros tópicos relativos à mudança do cenário na região, com a retirada das tropas israelenses e o estabelecimento das tropas do exército libanês. Esses encontros passaram a ocorrer recorrentes vezes, e se tornaram uma ferramenta para a construção do diálogo entre as partes, através da qual passaram a ser discutidas questões de segurança na região, questões para a implementação da resolução 1701, violações da Linha Azul, investigações da UNIFIL sobre incidentes, entre outros assuntos. Esse mecanismo foi usado ao longo dos anos para garantir um maior compartilhamento de informações entre os três lados e também para estreitar laços entre os comandantes das três Forças. Atualmente a UNIFIL mantém contato e realiza projetos com ambas as partes (UNIFIL, 2016).

3.2 Força-Tarefa Marítima

Após o conflito de 2006, houve um fortalecimento da UNIFIL, através das mudanças no mandato da missão, que o tornaram mais robusto. Como resultado disso, diversos aspectos da missão mudaram, como pudemos observar previamente no presente trabalho. Um importante ponto para a reformulação da UNIFIL foi a criação da Força-Tarefa Marítima da missão.

A Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, implementada em outubro de 2006, surgiu a pedido do Governo do Líbano, e foi incluída no novo mandato da missão através da resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU. Isso representou um marco histórico para as missões de paz da ONU e para toda a organização em

geral, uma vez que caracterizou a primeira força-tarefa naval elaborada para fazer parte de uma missão de manutenção da paz da ONU (UNIFIL, 2019).

Outro ponto positivo de extrema importância para a paz na região, derivado da criação da Força-Tarefa Marítima, foi o fim do bloqueio aéreo e marítimo estabelecido por Israel durante o conflito de 2006. Esse bloqueio, segundo as autoridades israelenses, visava impedir a entrada de armas no Líbano, buscando dessa forma, reduzir as possibilidades do transporte ilegal, na intenção de enfraquecer o braço armado do Hezbollah. Após o estabelecimento da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, Israel encerrou o bloqueio que mantinha ao Líbano (UNIFIL, 2019).

Desde outubro de 2006, a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL atua no monitoramento e na patrulha das águas territoriais libanesas, trabalhando em apoio à Marinha Libanesa para proteger a costa e impedir a entrada não autorizada de armas ou materiais similares por via marítima no território do Líbano. Além disso, a Força-Tarefa Marítima tem entre seus objetivos, auxiliar na capacitação e desenvolvimento do poder naval das Forças Armadas Libanesas, no intuito de fortalecer a Marinha Libanesa, para que a mesma possa patrulhar efetivamente as aproximadas 110 milhas náuticas de costa do país por conta própria (UNIFIL, 2019).

Outras atividades exercidas pela Força-Tarefa Marítima da UNIFIL são o apoio às autoridades libanesas no que se refere a vigilância aérea sobre as áreas territoriais marítima e terrestre do país, e também ações coordenadas com a Marinha Libanesa em operações de busca e salvamento (UNIFIL, 2019).

Ao longo de sua existência, a Força-Tarefa Marítima passou por diversas mudanças, principalmente no que se refere a sua liderança. Imediatamente após o conflito de 2006, houve a criação de uma Força-Tarefa Marítima, que existiu até o dia 15 de outubro do mesmo ano, quando foi implementada a Força-Tarefa Marítima definitiva da UNIFIL. Assim que definitivamente implementada, a Força-Tarefa Marítima foi liderada pela Alemanha, que a comandou até 29 de fevereiro de 2008, quando passou a função para a Força Marítima Europeia (EUROMARFOR, em inglês), liderada pela Itália. A EUROMARFOR, criada em 1995 por França, Itália, Portugal e Espanha, é uma o Força Multinacional

Marítima formada com o objetivo de realizar operações navais, aéreas e anfíbias, e teve na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL a sua primeira participação sob um mandato de operação de paz da ONU. A EUROMARFOR ocupou o comando da Força-Tarefa Marítima por um ano, dividindo a liderança em dois momentos, o primeiro com a Itália, até 31 de agosto de 2008, e o segundo com a França, até 28 de fevereiro de 2009, quando no dia seguinte a EUROMARFOR entregou o comando à Bélgica. Em 2009 ocorreram diversas trocas no comando da força, em 30 de maio a Bélgica entregou o comando à Itália, que manteve o posto até 31 de agosto, quando passou o comando para a Alemanha, até que em 1 de dezembro a Itália assumiu novamente o comando. Em 24 de fevereiro de 2011, o Brasil assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, o que se mantém até os dias atuais. Além disso, o Brasil detém os navios-capitânia da força desde novembro do mesmo ano (UNIFIL, 2019).

Recentemente, o Brasil substituiu a Corveta “Barroso” pela Fragata “Independência”, como navio-capitânia da força-tarefa, passando a responsabilidade de comandar todas as operações marítimas da missão (UNIFIL, 2020; MARINHA DO BRASIL, sd).

Um dos maiores desafios para a Força-Tarefa Marítima se baseia nas patrulhas, uma vez que a área de operações marítimas é de 5 mil milhas náuticas (cerca de 17.171 quilômetros quadrados), sendo aproximadamente 16 vezes o tamanho da área de operação da UNIFIL em terra. Em decorrência disso, uma das ferramentas mais importantes e essenciais para a execução dos deveres força-tarefa são os helicópteros, que por serem mais rápidos, dão mais eficiência ao patrulhamento. Atualmente a Força-Tarefa Marítima conta com dois helicópteros para executarem essas atividades (UNIFIL, 2020).

Ao longo de sua existência, 15 países (Alemanha, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Indonésia, Itália, Holanda, Noruega, Suécia e Turquia) contribuíram com a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL. Atualmente, a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL conta com seis navios, sendo cada um de Alemanha, Bangladesh, Brasil (o navio-capitânia), Grécia, Indonésia e Turquia. Além dos navios, a força-tarefa conta com dois helicópteros, um do modelo Super Linux AH-11A, do Brasil e um do modelo Dauphin AS 365, da Indonésia (UNIFIL, 2019).

Recentemente, a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL alcançou importantes feitos decorrentes das práticas desenvolvidas ao longo dos anos. Até outubro de 2019, as tropas da Força-Tarefa Marítima haviam parado 97.377 navios e encaminhado 14.381 dessas embarcações para serem inspecionadas, no mar ou em terra, pelas autoridades libanesas. Em 2019, a Força-Tarefa Marítima chegou a marca de 785 exercícios e treinamentos com a Marinha Libanesa, apresentando um dado significativo para o cumprimento do tópico do mandato da missão que tem como objetivo auxiliar as Forças Armadas Libanesas em seu desenvolvimento. Atualmente a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL mantém uma série de exercícios conjuntos com as Forças Armadas Libanesas, buscando contribuir para a capacitação da Marinha Libanesa, no intuito de prepará-la para assumir seus deveres de segurança marítima para com o país (UNIFIL, 2019).

3.3 UNIFIL e o Novo Coronavírus (Covid-19)

Com o surgimento da doença do Novo Coronavírus e sua ampla transmissão, a epidemia que se iniciou na China, rapidamente se espalhou por diversos países, se transformando na pandemia que atualmente assola o mundo.

No final de 2019, uma nova doença, altamente infecciosa, foi descoberta na cidade de Wuhan, na China. O vírus, batizado de SARS-CoV-2, se caracteriza por ser uma variação da família dos coronavírus, contudo ainda não é conhecida a origem da mutação, nem o animal que resultaram na possibilidade de transmissão para humanos. O surto inicial da doença apontava um mercado de Wuhan como possível local do surgimento, em decorrência do número de frequentadores infectados (G1, 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, sd).

Rapidamente a Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus) se espalhou, chegando a diversos países próximos à China, e posteriormente se espalhando pelo mundo, culminando em uma pandemia. Apesar da letalidade ser considerada baixa, com a alta taxa de disseminação da doença pelo mundo, o número de pessoas mortas pela doença aumentou drasticamente (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, sd). Na tentativa de reduzir a velocidade de propagação da doença, a maior parte dos governos dos países do mundo decretou

quarentenas em seus territórios, buscando evitar a sobrecarga, ou até mesmo o colapso de seus sistemas de saúde.

Assim como a maior parte da humanidade, as missões de paz da ONU ao redor do mundo também foram afetadas pelo novo coronavírus, precisando se adequar às circunstâncias singulares desse momento. Para mitigar a transmissão da doença, em abril de 2020, o secretário-geral da ONU, António Guterres, suspendeu, com algumas exceções, todas as rotações, repartições e destacamentos das tropas a serviço da ONU (UNIFIL, 2020).

Por meio de uma carta aos Estados Membros em 5 de junho de 2020, o secretário-geral anunciou as medidas temporárias e extraordinárias de transição, que devem ser acompanhadas de um rigoroso regime de quarentena e têm terão duração de seis meses, com uma revisão prevista para o mês de outubro de 2020 (UNIFIL, 2020).

Em 15 de junho de 2020, após essa suspensão, a UNIFIL deu início a retomada parcial das rotações de suas tropas, seguindo as medidas anunciadas pelo secretário-geral e todos os protocolos nacionais do Líbano e internacionais, de acordo com as diretrizes da OMS (Organização Mundial da Saúde), visando a proteção do pessoal da ONU e a execução dos seus deveres (UNIFIL, 2020).

As medidas de transição adotadas têm como base quatro objetivos principais:

(...) proteger o pessoal da ONU e sua capacidade de realizar operações críticas; ajudar a conter e mitigar a propagação do vírus no Líbano e no mundo, garantindo que o pessoal da ONU não seja um vetor de contágio; apoiar as autoridades nacionais na resposta à COVID-19, conforme solicitado e possível; e ajudar a proteger comunidades vulneráveis e continuar cumprindo nossos mandatos. (UNIFIL, 2020, tradução nossa).³

³ Original: (...) to protect UN personnel and their capacity to perform critical operations; to help contain and mitigate the spread of the virus within Lebanon and globally, ensuring that UN personnel are not a contagion vector; to support national authorities in their response to COVID-19, as requested and possible; and to help protect vulnerable communities and continue to deliver on our mandates.

Seguindo as medidas preventivas determinadas nas diretrizes pregadas pela OMS, durante o período de rotação, o pessoal uniformizado a caminho da UNIFIL deverá passar por um período de quarentena antes de embarcar para o Líbano, assim como após chegar ao país, na base da UNIFIL (UNIFIL, 2020).

Dessa forma, a UNIFIL tem buscado, fazer o transporte das unidades e de pessoal, tomando todas as providências necessárias, e assegurando que as medidas de quarentena sejam efetivas e rigorosamente respeitadas por todo o pessoal, garantindo a continuidade das atividades previstas no mandato da missão, estabelecido através da resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU, mesmo sob as dificuldades e singularidades impostas pelo momento atual (UNIFIL, 2020).

Além de todas essas práticas, a UNIFIL doou diversos equipamentos de proteção médica e pessoal, para as comunidades próximas às áreas de atuação da missão. Financiados pelo Projeto de Impacto Rápido da missão (QIP), esses suprimentos buscam auxiliar as populações das localidades próximas, assim como tornar os vínculos entre a UNIFIL e as comunidades locais mais estreito (UNIFIL, 2020).

4. Críticas

Ao longo de sua história, as missões de paz da ONU passaram por diversas polêmicas, fazendo com que se tornassem alvos de várias críticas e debates. Apesar de a Carta da ONU não envolver as missões de manutenção da paz, esse tópico se tornou um dos mais conhecidos da organização com o passar dos anos (FOLEY, 2017, p. 60).

A primeira operação de paz da ONU, teve início em 1948, após o Conselho de Segurança autorizar a preparação e o envio de militares para o Oriente Médio, onde por meio da Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO, em inglês), foram incumbidos de monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus países vizinhos árabes (FOLEY, 2017, p. 60; ONU BRASIL, sd).

Inicialmente, as operações foram muito afetadas pelo contexto da Guerra Fria, devido às frequentes paralisações no Conselho de Segurança da ONU que ocorriam em virtude das rivalidades entre as potências mundiais naquele momento. Em razão dessa situação, somente era permitido às operações de paz atuar em cenários que envolviam manutenção de cessar-fogo e alívio de tensões sociais, contando com observadores militares e tropas portando armamentos leves (ONU BRASIL, sd).

O fim da Guerra Fria representou um marco para as operações de paz da ONU, caracterizado como um momento de otimismo pela proposta de renovar a doutrina dessas operações. A mudança do contexto estratégico para a ONU foi drástica, permitindo que as operações de paz da organização deixassem de ser limitadas missões “tradicionais”, para se tornarem complexas missões “multidimensionais”, buscando uma maior capacidade de atuar para estabelecer uma paz sustentável nos conflitos (HATTO, 2009; ONU BRASIL, sd).

A mudança das operações de paz levou à ONU a aumentar drasticamente os contingentes de suas tropas, totalizando um número de aproximadamente 69 mil pessoas, entre militares e policiais em agosto de 1995, divididos em 16 operações. Apesar do fortalecimento das operações, as decisões tomadas pela ONU várias vezes ignoraram as mudanças ocorridas nos conflitos, com o fim da Guerra Fria. As atitudes adotadas dessa forma, negligenciando as mudanças nos

ambientes, resultaram em diversas falhas nas operações, o que por sua vez acarretou em uma significativa redução da participação dos principais países contribuidores de tropas, e em um enfraquecimento da imagem das operações de paz (HATTO, 2009).

Com o passar do tempo, o caráter das operações de paz da ONU foi mudando, deixando para trás as missões de somente monitoramento, e passando a adotar novas práticas em suas estruturas. Entretanto, com essas mudanças, diversas novas críticas recaíram sobre as missões, incluindo a UNIFIL.

4.1 Abordagem da Missão

Na primeira fase da UNIFIL, a missão se deparou com diversos obstáculos. Na votação do Conselho de Segurança para as resoluções 425 e 426, o estabelecimento da operação foi aprovado com 12 votos a favor, duas abstenções de União Soviética e Tchecoslováquia, e sem a participação da China. Apesar da operação ter sido um pedido do governo libanês após a invasão israelense, a UNIFIL não recebeu apoio unânime, uma vez que sua criação sofreu uma forte oposição das outras partes do conflito, que não haviam sido consultadas (NOVOSSELOFF, 2015).

A resolução 425 do Conselho de Segurança solicitava um relatório do secretário-geral no prazo de 24 horas, o que foi feito poucas horas após a aprovação dessa primeira resolução. A velocidade desse processo impediu uma grande coleta de informações sobre os conflitos que ocorriam no sul do Líbano, resultando na oposição das outras partes do conflito, como vimos anteriormente, assim como no surgimento de obstáculos operacionais para a UNIFIL (NOVOSSELOFF, 2015).

Um desses obstáculos foi referente à área na qual a missão iria atuar. O fato de a operação ter sido aprovada rapidamente e de o primeiro relatório do secretário-geral ter sido escrito sem informações diretas da zona de conflito, na intenção de executar uma resposta rápida à invasão israelense ao território libanês, fez com que as questões acerca da área da missão ficassem para ser acordadas simultaneamente à chegada das tropas da UNIFIL. Essa ausência de um acordo

prévio, mostrou os efeitos negativos da falta de contato com as partes beligerantes, e dificultou o início do trabalho da UNIFIL em seguir o que fora estabelecido em seu mandato. Em decorrência dessa situação, as áreas de atuação da UNIFIL foram estabelecidas pelos lados combatentes, o que resultou na instalação da missão em áreas fragmentadas (NOVOSSELOFF, 2015).

Como resultado da soma desses eventos, a UNIFIL não tinha acesso à “zona de segurança”, controlada pelo Exército do Sul do Líbano (uma milícia cristã apoiada por Israel), nem ao “bolso de Tiro”, controlado pelos palestinos, e também teve negado por Israel o seu pedido para levar tropas para sua fronteira internacional original com o Líbano. Dessa forma, a UNIFIL não era capaz de controlar as investidas dos palestinos provenientes do norte do rio Litani, assim como não poderia conter novas invasões por parte dos israelenses. Essas circunstâncias, somadas ao caráter da missão naquele primeiro momento, deixaram a UNIFIL em uma posição difícil, sem muitas opções de ação (NOVOSSELOFF, 2015).

Conforme visto anteriormente no presente trabalho, o primeiro objetivo constado no mandato da UNIFIL determinava que a força deveria confirmar a retirada das tropas israelenses do território libanês (UNIFIL, 2019). Esse primeiro objetivo foi alcançado em 13 de junho de 1978, quando as tropas israelenses se retiraram do território que ocupavam no Líbano. Contudo, ao invés das tropas de Israel passarem o controle da área para a UNIFIL, elas entregaram para a milícia do Exército do Sul do Líbano, que sob o comando de seu líder Saad Haddad, declarou a área como o “Estado Libanês Livre e Independente”. Apesar disso, o objetivo inicial da UNIFIL, referente à retirada das tropas de Israel foi considerado cumprido (NOVOSSELOFF, 2015).

Após considerar o primeiro objetivo bem-sucedido, a UNIFIL voltou seus esforços para estabelecer uma área de operação e garantir a paz na mesma, através do estabelecimento de postos de controle ao longo das estradas da região, construindo pontos de observação em locais estratégicos, promovendo patrulhas tanto diurnas quanto noturnas, monitorando o cessar-fogo entre as partes, e tomando todas as medidas necessárias para reestabelecer a soberania do Estado do Líbano sobre a região (NOVOSSELOFF, 2015).

Entretanto, a UNIFIL sofreu com recorrentes restrições de movimento, decorrentes de eventos como emboscadas a seus comboios, sequestro de soldados de suas tropas, e até bombardeios e tiros contra suas bases, o que impôs grandes dificuldades à operação em cumprir seu mandato. Diante dessa situação, o secretário-geral escreveu diversos relatórios apontando ao Conselho de Segurança a impossibilidade da UNIFIL cumprir seus objetivos caso não ocorresse o estabelecimento de uma zona segura nos arredores das bases da operação, a interrupção de ações de grupos armados contra a missão, e a colaboração das forças israelenses e palestinas para com a UNIFIL. Na tentativa de reduzir a gravidade dessa situação e aumentar a capacidade de ação da UNIFIL, em abril de 1979, a ONU e o governo libanês fizeram um acordo no qual um batalhão do exército libanês foi enviado para o sul do país, para atuar sob o comando da UNIFIL. Essa atuação do governo libanês na área do conflito fez com que a UNIFIL e a UNTSO tentassem reiniciar as conversas da Comissão Mista de Armistício Israel-Líbano, conforme foi solicitado através da resolução 467 do Conselho de Segurança, em 1980, mas a falta de empenho dos dois lados não permitiu avanços com essa tentativa (NOVOSSOFF, 2015).

Conforme já visto no presente trabalho, através da “Operação Paz na Galileia” em 1982, Israel perpetrou uma invasão em larga escala ao território libanês. Apesar de terem sido instruídas para conter quaisquer novos avanços israelenses sob o Líbano, as tropas da UNIFIL não puderam impedir a nova invasão, em decorrência da grande escala de poder usada por Israel, que comunicou o comandante da UNIFIL minutos antes da operação e afirmou que não esperava obstrução física da ONU aos avanços israelenses (NOVOSSOFF, 2015).

Em razão disso, as tropas da UNIFIL foram ultrapassadas pelas forças de Israel e passaram três anos atrás das linhas israelenses (UNIFIL Press Kit, sd). Após a invasão, o Conselho de Segurança aprovou a inclusão de novas tarefas à UNIFIL, entretanto, durante os anos atrás das linhas israelenses a missão teve pouca margem de ação e foi limitada a prestar assistência humanitária às populações locais. Mesmo com esses eventos, o batalhão do exército libanês que havia se juntado à UNIFIL permaneceu com a operação (NOVOSSOFF, 2015).

Após o avanço das tropas israelenses até Beirute, onde realizaram um cerco à cidade, a Força Multinacional no Líbano (MNF, em inglês), organizada por Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido para monitorar a retirada da Organização para Libertação da Palestina (OLP), a pedido do governo libanês, passou a receber mais atenção que a UNIFIL. O cenário no Líbano fez com que a MNF fosse reforçada após massacres contra civis palestinos, perpetrados por milícias cristãs. Mesmo com a retirada parcial dos israelenses em 1983, a MNF continuou a sofrer com a violência da Guerra Civil Libanesa, o que resultou na sua retirada do país em 1984 (NOVOSSLOFF, 2015).

A situação da UNIFIL não teve mudanças significativas até a retirada das forças de Israel, no ano 2000. Com a retirada israelense, os relatórios do secretário-geral apontavam uma melhora significativa na região sul do Líbano, e consideravam que dos três objetivos do mandato, somente restava o terceiro (que se referia a restauração da soberania do governo libanês sobre o território do país) a ser atingido, uma vez que o Hezbollah havia se estabelecido em locais antes ocupados por Israel ou por milícias armadas, impedindo a retomada do controle pelo Estado do Líbano (NOVOSSLOFF, 2015).

Após a retirada das forças de Israel em 2000, a situação na área de operações da UNIFIL se tornou muito mais tranquila, até que em 2006 as tensões voltaram com o estourar da guerra entre o Hezbollah e Israel, como previamente apresentado no presente trabalho. Após o início desse conflito, o Hezbollah atacou posições das forças israelenses e cidades próximas à fronteira com o Líbano, e Israel implementou um bloqueio marítimo ao Líbano, bombardeou diversos locais do país, atacando a infraestrutura libanesa e vitimando diversos civis. Esse aumento das hostilidades alterou drasticamente o cenário no qual se encontrava a UNIFIL, mas apesar disso, a missão manteve suas atividades de observação militar e assistência humanitária na região (NOVOSSLOFF, 2015).

Depois de aproximadamente um mês de confrontos, em 11 de agosto de 2006 foi aprovada a resolução 1701 do Conselho de Segurança, fortalecendo o mandato da UNIFIL e incluindo novos aspectos, como a Força-Tarefa Marítima da operação. Essa nova fase da UNIFIL somente se tornou possível em razão das negociações indiretas entre as partes do conflito e da aceitação da UNIFIL pelas mesmas. A aceitação da UNIFIL por Israel, pelo Hezbollah e pelo governo libanês

fez com que a missão pudesse iniciar conversas entre as Forças Armadas Libanesas e as Forças de Defesa de Israel, nos chamados mecanismos tripartidos, reduzindo as tensões entre os dois lados (NOVOSSELOFF, 2015).

Uma prova da mudança na forma como a UNIFIL é encarada pelas partes na região pôde ser vista em 2013, quanto tanto o Líbano quanto Israel se opuseram a uma possível redução no tamanho da operação. Para o Líbano, a presença da UNIFIL representa uma importante ferramenta de segurança para reduzir as tensões no sul do país e também para fornecer assistência às populações da região, enquanto Israel vê a UNIFIL como uma ferramenta para reduzir as capacidades do Hezbollah e outros grupos armados, e como uma atuação direta de países europeus na região (NOVOSSELOFF, 2015).

Uma das mudanças mais importantes na segunda parte da UNIFIL foi a criação da Célula Militar Estratégica (SMC, em inglês), criada para ser uma ferramenta de mudança na estrutura de comando da UNIFIL e afastar a imagem de operações de paz da ONU anteriores, que ficaram conhecidas pela fragilidade em seus comandos e controles sobre as suas estruturas e por mandatos fracos, o que facilitou a ocorrência de grandes falhas nos anos 1990, manchando a imagem dessas operações (NOVOSSELOFF, 2015; HATTO, 2009).

Um país que teve grande influência para o estabelecimento da SMC foi a França. Isso ocorreu em razão de eventos passados, como a violência sofrida pela MNF entre 1982 e 1984, e os ataques sofridos pelas bases da ONU em 2006, que feriram e vitimaram funcionários da organização. A França, que almejava usar armas pesadas no Líbano, insistiu que somente voltaria a participar em maior escala da UNIFIL, se a SMC fosse posta em prática, dando mais liberdade e permitindo maior capacidade de ação para as tropas da missão (NOVOSSELOFF, 2015; HATTO, 2009).

Além disso, a SMC tinha o objetivo de estabelecer uma ligação direta entre a sede da missão em Naqoura e a sede da ONU em Nova Iorque, permitindo ao comandante da missão falar diretamente com o chefe da SMC. Um aspecto importante é o fato de que a SMC estava inserida dentro da estrutura do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO, em inglês), mas fora

da Divisão Militar e do seu Escritório de Operações (NOVOSSELOFF, 2015; HATTO, 2009).

Apesar de ter tido sua utilidade reconhecida pelo próprio Secretariado da ONU, a SMC recebeu fortes críticas, que não surtiram muito efeito, em razão do Secretariado entender que a SMC era uma estrutura condicionante para a manutenção da contribuição dos países europeus à UNIFIL. Entretanto, a SMC foi dissolvida em 2010, após a transformação da Divisão Militar para um Gabinete de Assuntos Militares, que passou a englobar o que a SMC antes compreendia (NOVOSSELOFF, 2015; HATTO, 2009).

Outro aspecto singular da cadeia de comando da UNIFIL é que a operação tem como líder da missão, não um Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG, em inglês), mas um Comandante da Força. Apesar da tentativa de nomear um SRSG para a UNIFIL, a pressão francesa para que isso não ocorresse se sobrepôs às vontades da ONU. Para ficar encarregado dos aspectos políticos da operação, a ONU criou o posto de Coordenador Especial para o Líbano (NOVOSSELOFF, 2015).

Analisando as duas fases da UNIFIL (de 1978 a 2006 e de 2006 até os dias atuais) podemos observar diversas limitações na operação, que permitem levantamentos de debates legítimos acerca da eficiência e dos caminhos seguidos pela ONU em sua atuação no sul do Líbano.

Ao voltarmos nossa atenção para a primeira fase da UNIFIL, podemos observar uma série de fatores que contribuíram para o agravamento dos obstáculos encarados pela operação. Como um primeiro aspecto, vemos a falta de consenso do Conselho de Segurança da ONU para a implementação da UNIFIL, somado ao fato da velocidade com que a operação foi iniciada, por interesse dos Estados Unidos, que impediu um estudo maior da situação na zona do conflito (NOVOSSELOFF, 2015).

Outro ponto, extremamente ligado ao anterior, foi a falta de consenso entre a ONU e as partes do conflito para a implementação da UNIFIL, o que por sua vez, fez com que o mandato da missão nunca fosse devidamente respeitado por nenhuma das partes beligerantes. Esse aspecto nos leva a questionar a postura dos Estados Unidos nesse cenário, pois o país forçou a aprovação das resoluções 425 e

426 do Conselho de Segurança, que criaram a UNIFIL, todavia, a pressão americana sobre as outras partes do conflito (principalmente sobre Israel, que é um aliado histórico dos Estados Unidos) não foram tão fortes quanto para a aprovação das resoluções (NOVOSSELOFF, 2015).

Devido à falta de consulta ao lado israelense, Israel passou a ver a UNIFIL como uma imposição americana, e posteriormente, acusou a UNIFIL de dirigir mais esforços contra as milícias libanesas apoiadas por Israel (como era o caso do Exército do Sul do Líbano) do que contra os grupos palestinos. As vontades de Israel eram de que a UNIFIL combatesse as milícias palestinas e que servisse como uma barreira entre suas tropas e as forças sírias (NOVOSSELOFF, 2015).

Por outro lado, os palestinos, também baseados na ausência de consulta por parte da ONU, não permitiram o desembarque das tropas da UNIFIL na cidade de Tiro, alegando que a região não havia sido invadida pelas forças israelenses e por isso estaria fora do estabelecido do mandato da missão. Assim como os israelenses, os palestinos somente viam a legitimidade da UNIFIL, se a mesma estivesse atuando conforme seus interesses, que no caso era servir como uma barreira contra represálias das forças de Israel aos ataques executados por grupos palestinos (NOVOSSELOFF, 2015).

Ao longo de sua existência, a UNIFIL enfrentou inúmeras dificuldades na execução das atividades estabelecidas em seu mandato, como pudemos ver anteriormente. A operação sofreu recorrentes críticas das partes beligerantes por não executar atividades de seus interesses, que não constavam no mandato da UNIFIL. Todas essas dificuldades sofridas pela missão apontam para a necessidade de apoio político às operações de paz e ao consenso entre as partes dos conflitos no que se refere à aceitação dessas missões como ferramenta para alcançar a paz (NOVOSSELOFF, 2015).

Após o fortalecimento da UNIFIL em 2006, diversos aspectos da missão mudaram, alterando a situação na região de operações e levantando novos debates e críticas acerca das novas posturas da missão e de suas respectivas consequências. Com a Resolução 1701 do Conselho de Segurança, a UNIFIL foi fortalecida e adequada a um novo momento, entretanto, a missão continuou com características da sua primeira fase. Apesar das mudanças, a UNIFIL continuou

como uma missão “tradicional”, quase totalmente militar, divergindo das novas operações de paz multidimensionais da ONU, que passaram a implementar fortes componentes civis para cobrir outros aspectos sociais para a manutenção da paz (NOVOSSELOFF, 2015).

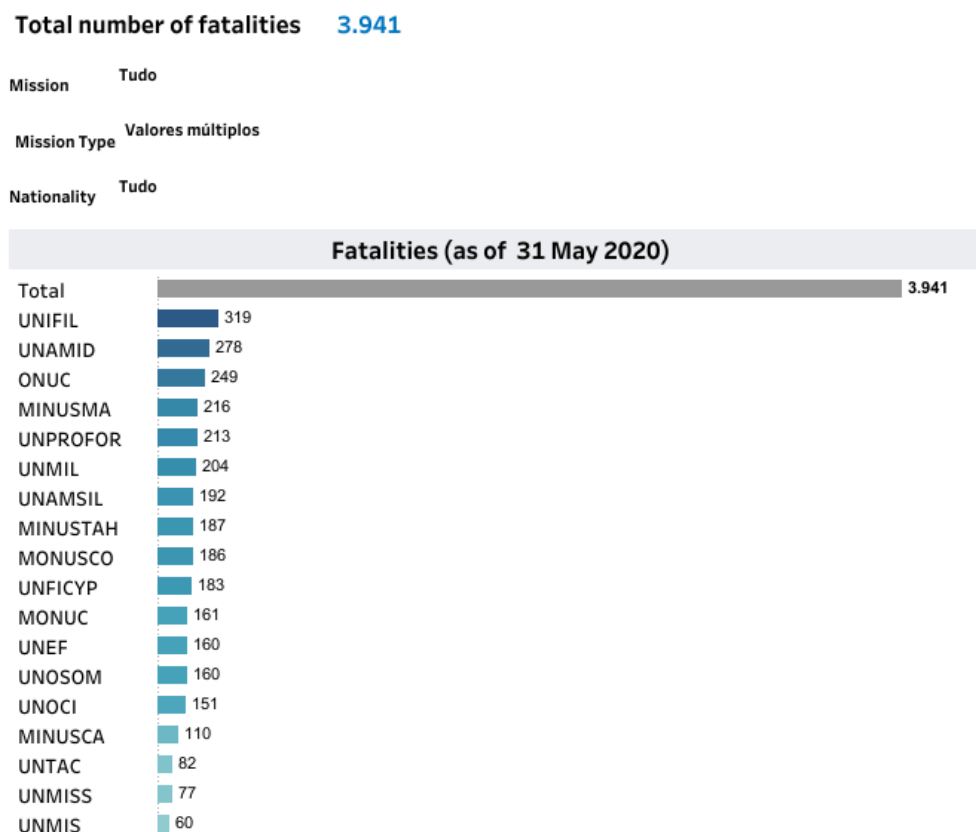
Apesar das limitações da UNIFIL em continuar com uma abordagem “tradicional” e quase completamente militar, a aceitação da sua presença pelas partes do conflito, assim como o apoio das Força Armadas Libanesas em suas atividades, gerou uma mudança significativa em comparação com a sua versão anterior. Entretanto, a estrutura atual da UNIFIL, assim como o fato de a missão ser renovada todos os anos aponta o receio do Conselho de Segurança e da ONU em fazer alterações na missão para buscar uma paz duradoura, temendo pôr em risco a relativa estabilidade que paira atualmente sobre a região (NOVOSSELOFF, 2015).

É inegável que as mudanças sofridas pela UNIFIL tornaram a missão mais robusta e levaram a região a uma maior estabilidade se comparada com a sua versão anterior. Entretanto, é preciso atentar para as causas originais das tensões e dos conflitos na região sul do Líbano. A abordagem atual da missão volta as atenções de seu mandato para objetivos mais diretos ao conflito, deixando de lado objetivos políticos que são necessários para que se alcance uma paz duradoura na região (NOVOSSELOFF, 2015).

4.2 Fatalidades

Uma das estatísticas que mais chamam a atenção para a UNIFIL é o número de fatalidades de pessoal da ONU ao longo de sua existência. Até a última atualização das fatalidades em operações de paz da ONU, no dia 31 de maio de 2020, a UNIFIL era a missão que acumulava o maior número de pessoas mortas a serviço da ONU (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, SD).

Figura 2 – Gráfico de Fatalidades das Operações de Paz da ONU



Retirado do site: <https://peacekeeping.un.org/en/fatalities>

A imagem anteriormente apresentada mostra um gráfico com os números totais de fatalidades de todas as operações de paz da ONU desde sua criação em 1948, mostrando a UNIFIL no topo com o número de 319 fatalidades de pessoal da ONU (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, sd).

Entretanto, é preciso analisar esses dados com cautela. Ao observar a segunda operação de paz com mais mortes, a Missão Conjunta da União Africana e das Nações Unidas em Darfur (UNAMID, em inglês), por exemplo, podemos perceber que, apesar de ter menos fatalidades que a UNIFIL, a UNAMID somente foi estabelecida em julho de 2007, caracterizando uma operação muito mais recente, mas com um elevado nível de casualidades (FOLEY, 2017, p. 311-312; UNITED NATIONS PEACEKEEPING, sd). Apesar de que, para fazer uma comparação mais completa seria necessário nos aprofundarmos nas características singulares de cada missão, podemos observar que a UNIFIL, provavelmente é a

operação com mais fatalidades em decorrência principalmente de sua longa duração.

4.3 Duração da Missão

Inicialmente, a UNIFIL era uma operação prevista para agir em dois momentos, garantindo a retirada das tropas israelenses no primeiro, e no segundo garantindo o cumprimento do cessar-fogo e auxiliando o governo libanês na retomada de sua soberania sobre o território do Líbano (NOVOSSELOFF, 2015).

Além disso, outro aspecto importante a ser pontuado no caráter inicial da UNIFIL é a sua duração. Originalmente o objetivo da ONU era fazer com que a operação fosse uma medida temporária para estabelecer a paz no sul do Líbano, enquanto o governo libanês não pudesse exercer a sua soberania sobre a região (NOVOSSELOFF, 2015).

Entretanto, conforme apresentado anteriormente no presente trabalho, as formas como a UNIFIL foi planejada e estabelecida, resultaram em uma série de complicações para a missão, que, somadas aos eventos singulares ocorridos em sua região de atuação ao longo de sua existência, impossibilitaram a execução dos objetivos estabelecidos em seu mandato no tempo inicialmente previsto.

O primeiro relatório do secretário-geral sobre a UNIFIL já mencionava aspectos que seriam muito importantes no decorrer da história da missão. Nesse relatório, era frisado o caráter temporário da missão, que inclusive está presente no nome da missão, Força Interina das Nações Unidas no Líbano (NOVOSSELOFF, 2015).

Outro ponto importante no primeiro relatório do secretário-geral para entender os rumos da UNIFIL foi indicado no terceiro parágrafo, que diz:

Três condições essenciais devem ser atendidas para que a Força seja eficaz. Em primeiro lugar, ela deve ter sempre a total confiança e apoio do Conselho de Segurança. Em segundo lugar, ela deve funcionar com a total cooperação de todas as partes interessadas. Em terceiro lugar, ela deve poder funcionar como uma unidade militar

integrada e eficiente. (UNITED NATIONS SECURITY COUCLIL, 1978, para. 3, tradução nossa).⁴

Ao analisar o caminho percorrido pela UNIFIL, podemos concluir que nenhuma dessas três condições elencadas no primeiro relatório do secretário-geral foi cumprida desde 1978, quando a missão foi estabelecida (NOVOSSELOFF, 2015). Isso nos mostra que a UNIFIL não conseguiu seguir a trajetória que era vista como necessária para que a missão fosse eficaz, o que nos mostra um dos motivos para que a duração da missão tenha se estendido da forma que ocorreu, perdurando até os dias atuais.

A duração da UNIFIL também afetou um dos principais aspectos desse tipo de operação, que é o financeiro. Após a retirada da MNF do Líbano em 1984, devido à falta de progresso no cenário conflituoso, a França reduziu o seu contingente na UNIFIL. Além da situação enfrentada pela UNIFIL na sua área de operação, a missão também sofreu com dificuldades financeiras, em decorrência de constantes recusas de alguns Estados Membros em pagar as suas dívidas (NOVOSSELOFF, 2015).

A situação financeira da UNIFIL somente veio a passar por uma grande reviravolta após o fortalecimento do seu mandato em 2006. Esse aumento do orçamento da UNIFIL ocorreu pela necessidade do fortalecimento da operação (WILLIAMS, 2019).

Essa mudança pela qual algumas operações de paz passaram, como foi o caso da UNIFIL, é apontada por Williams (2019) como resultado de um trilema encarado pela ONU, no qual o Conselho de Segurança tem como objetivos “maximizar o sucesso” (permitindo que as operações de paz atuem com mandatos multidimensionais amplos, ainda que em ambientes de alto risco), “minimizar o risco” (aumentando a segurança das forças das operações de paz da ONU para reduzir os números de fatalidades), e “maximizar a relação custo-benefício” (buscando manter os custos baixos e fazer uma utilização inteligente e eficaz dos recursos disponíveis, mas somente podendo usufruir de dois deles

⁴ Original: Three essential conditions must be met for the Force to be effective. Firstly, it must have at all times the full confidence and backing of the Security Council. Secondly, it must operate with the full co-operation of all the parties concerned. Thirdly, it must be able to function as an integrated and efficient military unit.

simultaneamente. O caso da UNIFIL após 2006 seria baseado na maximização do sucesso e na minimização dos riscos (WILLIAMS, 2019).

Para entender os motivos de a UNIFIL tenha se prolongado muitos anos além do que se esperava em seu plano inicial, é preciso voltar nossas atenções aos fatores que resultaram nessa longa duração dessa operação de paz. Em operações de paz, o aspecto político é fundamental para o sucesso das missões, assim como o comprometimento das partes beligerantes no conflito. No caso da UNIFIL, esses dois aspectos não eram favoráveis à atuação da operação, e somados a todos os outros fatores que surgiram ao longo da história da UNIFIL, é legítimo nos perguntarmos se o cumprimento dos objetivos estabelecidos inicialmente no mandato da missão, no tempo que se esperava, era ou não factível (NOVOSSELOFF, 2015).

4.4 Perspectivas para o Futuro

Conforme apresentado no presente trabalho até aqui, ao longo de sua existência, a UNIFIL passou por diversas situações, resultando em efeitos positivos para a manutenção da paz, assim como em limitações passíveis de críticas e de questionamentos.

Desde a sua criação, em 1978, a UNIFIL enfrentou grandes obstáculos em sua missão de alcançar os objetivos estabelecidos em seu mandato. A falta de unidade do Conselho de Segurança acerca da UNIFIL, a falta de consenso das partes beligerantes sobre operação e o não reconhecimento de sua legitimidade foram apenas alguns dos vários fatores que atrapalharam a Força em cumprir com seus deveres (NOVOSSELOFF, 2015).

Apesar das mudanças provenientes do fortalecimento da UNIFIL e de seu mandato, em 2006, que alteraram a imagem da Força e melhoraram as suas relações com as partes do conflito, a operação permaneceu com um caráter quase estritamente militar, representando basicamente um crescimento da primeira fase da UNIFIL. Dessa forma, podemos analisar que as mudanças ocorridas na UNIFIL, em 2006, não representavam uma intenção do Conselho de Segurança em estabelecer uma paz duradoura no sul do Líbano, mas sim de terminar com o

violento conflito que havia sido radicalmente agravado naquele momento (NOVOSSOFF, 2015).

Atualmente, a UNIFIL continua a atuar em um cenário com a relativa estabilidade decorrente das mudanças na operação, entretanto, a ausência de esforços no âmbito político e a falta de perspectiva para a adoção dessa pauta pela UNIFIL, levam essa operação de paz a uma constante reprodução se si mesma, sendo renovada a cada ano, sem indicações de mudanças definitivas para o estabelecimento de uma paz permanente na região (NOVOSSOFF, 2015).

5. Conclusão

Ao estudar sobre a UNIFIL, podemos ver uma operação de paz planejada e estabelecida sem as preparações adequadas para a atuação em um cenário tão complexo como era a região do sul do Líbano, em 1978, quando foi criada, e que apesar das mudanças ocorridas, continua com essa característica nos dias atuais.

No decorrer do presente trabalho, passamos pela história recente do Líbano e de seu povo, a fim de buscar compreender melhor a sociedade na qual atua a UNIFIL, e como os eventos ocorridos na região resultaram na série de conflitos que demandaram a criação de uma operação de paz.

Conforme observamos anteriormente, a UNIFIL passou por grandes dificuldades desde o seu início. As circunstâncias únicas daquele momento histórico, que culminaram em frequentes divergências entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU acerca dos conflitos ao redor do mundo, foi um fator determinante para a maneira através da qual a UNIFIL iniciou as suas atividades. Isso pode ser visto ao olharmos para o passado e vemos que, apesar da pressão dos Estados Unidos para a criação da operação, era necessário que muito mais fosse feito para que a UNIFIL pudesse ter agido conforme se esperava dela (NOVOSSELOFF, 2015).

Apesar das suas limitações iniciais, a UNIFIL conseguiu ter efeitos muito positivos, conforme buscava cumprir os objetivos estabelecidos em seu mandato. Durante a ocupação israelense no sul do Líbano, a UNIFIL teve um importante papel ao reduzir os efeitos da presença das forças de Israel sobre as populações locais, fornecendo ajuda humanitária. Apesar de não fazer parte dos objetivos inicialmente estabelecidos no mandato da missão, a assistência humanitária se tornou parte importante da missão, após ser incluída através da resolução 511 do Conselho de Segurança, e durante os principais anos de atuação discreta da UNIFIL, se tornou o principal argumento para a continuação da existência da operação (NOVOSSELOFF, 2015; UNIFIL Press Kit, sd).

Outra característica positiva da UNIFIL sobre as populações locais se baseia no aspecto econômico. Apesar das tensões na região e das limitações apresentadas em decorrência disso, a presença da UNIFIL contribui para o

desenvolvimento econômico das comunidades locais, injetando milhões de dólares e aquecendo a economia local (NOVOSSELOFF, 2015).

Embora a primeira fase da UNIFIL tenha apontado a fragilidade da missão e a impossibilidade de uma atuação forte no conflito, ainda assim a operação conseguiu ter um papel importante, uma vez que frequentemente conseguiu reduzir os efeitos do conflito ao servir como uma barreira entre as partes beligerantes. A importância da UNIFIL para a estabilidade no sul do Líbano foi apontada por inúmeros relatórios de secretários-gerais, que temiam o vácuo de segurança que surgiria com uma eventual retirada da missão, e também viam a UNIFIL como um obstáculo para uma possível anexação da região por Israel, algo que já havia ocorrido anteriormente, como foi o caso das Colinas de Golã, reconhecido no direito internacional como um território sírio ocupado por Israel (NOVOSSELOFF, 2015; WINTER, 2019).

A primeira fase da UNIFIL levantou diversos questionamentos acerca do quão factível era o cumprimento do seu mandato com os recursos disponíveis para a missão, entretanto, a presença da operação ajudou na redução da gravidade do conflito, mesmo que por outros meios que não estavam elencados em seu mandato (NOVOSSELOFF, 2015).

Conforme já mencionado no presente trabalho, após a retirada israelense do sul do Líbano, no ano 2000, a região passou por um período de relativa tranquilidade, contando com apenas algumas violações da Linha Azul e pequenos incidentes. Entretanto, após o escalar de um novo conflito em 2006, a região voltou a sofrer com uma intensa violência, agravando a situação no local, e fazendo com que a UNIFIL fosse fortalecida (UNIFIL BACKGROUND, sd).

As mudanças ocorridas na missão, por meio da resolução 1701 do Conselho de Segurança, de fato levaram mais estabilidade à região de operações, e também representaram a inclusão de um novo fator positivo para o futuro, que foi o início da cooperação direta entre as tropas da UNIFIL e das Forças Armadas Libanesas (NOVOSSELOFF, 2015).

Entre essas mudanças, pudemos ver como uma das principais, a criação da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL. Essa inovação, que foi a primeira, e até agora única força-tarefa naval a serviço de uma operação de paz da ONU, foi criada para

pôr fim ao bloqueio naval que Israel impôs ao Líbano, se aproveitando das extremas assimetrias entre os poderes navais dos dois países (ABDENUR, 2016).

As atividades da Força-Tarefa Marítima têm apresentado resultados muito positivos, em decorrência das missões de monitoramento e vigilância da costa libanesa, e das operações e exercícios conjuntos entre a Força-Tarefa Marítima e a Marinha Libanesa, realizados com o intuito de capacitar esta última para cumprir seus deveres relacionados à segurança naval. Além da UNIFIL, a Marinha Libanesa conta com o apoio e cooperação de outros países (ABDENUR, 2016).

As mudanças ocorridas na UNIFIL após 2006, tornaram a missão muito mais robusta do que era em sua versão inicial. Um ponto importante de ser mencionado é a participação dos países europeus na operação após 2006. Seguindo um comportamento mais recente, no qual o Conselho de Segurança tem estabelecido missões em locais próximos a áreas estratégicas para as principais potências do mundo. A UNIFIL, apesar de ser uma missão existente desde 1978, é um exemplo onde, depois de 2006, países contribuintes europeus têm se tornado mais presentes, em decorrência da elaboração de um mandato mais robusto e de um interesse europeu em uma área próxima da Europa (WILLIAMS, 2019).

A segunda fase da UNIFIL representou uma grande mudança para a operação, a fortalecendo e tornando a região sul do Líbano, entre a Linha Azul e o Rio Litani, muito mais estável e segura do que era anteriormente. Entretanto, atualmente, não percebemos vontade política de avançar em negociações para uma paz definitiva entre as partes do conflito (NOVOSSELOFF, 2015).

O fortalecimento da missão, tornou a missão muito mais robusta em seu aspecto militar, entretanto, os avanços em outras áreas, incluídos em outras missões multidimensionais da ONU mais recentemente, foram mínimos na UNIFIL (NOVOSSELOFF, 2015).

Atualmente a principal questão acerca da UNIFIL é a referente aos seus resultados. Em março de 2020, a UNIFIL completou 42 anos de existência, e apesar da significativa melhoria da situação, quando comparada aos dias mais turbulentos da primeira fase ou de 2006, o sul do Líbano ainda parece distante de uma verdadeira paz duradoura.

A partir de tudo que foi abordado até aqui no presente trabalho, podemos analisar que, para que a UNIFIL alcance o sucesso que se espera desde 1978, é necessário que a ONU volte seus esforços tanto para o campo político, como para o militar. Caso contrário a UNIFIL tenderá a continuar fadada a ser uma operação interina que se renova a cada ano, sem perspectivas de mudanças definitivas para a sua região de atuação. Acredito que somente será possível se alcançar a paz no sul do Líbano, se a UNIFIL, a ONU, o Conselho de Segurança, e os principais contribuintes atentarem, assim como foi feito como o âmbito militar, para as discussões políticas tão complexas, que são o centro das tensões e conflitos dessa região.

6. Referências Bibliográficas

ABDENUR, Adriana Erthal. Rising powers in stormy seas: Brazil and the UNIFIL maritime task force. *International Peacekeeping*, 2016.

FOLEY, Conor. *UN Peacekeeping Operations and the Protection of Civilians: Saving Succeeding Generations*. New York: Cambridge University Press, 2017.

HATTO, Ronald. *UM Command and Control Capabilities: Lessons from UNIFIL's Strategic Military Cell*. *International Peacekeeping*, 2009.

MEIHY, Murilo. *Os Libaneses*. São Paulo: Editora contexto, 2016.

NOVOSSELOFF, Alexandra. *United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL I)*. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. New York: Oxford University Press, 2015. p. 248-256.

NOVOSSELOFF, Alexandra. *Expanded United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL II)*. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. New York: Oxford University Press, 2015. p. 767-777.

WILLIAMS, Paul D. *The Security Council's peacekeeping trilemma*. Oxford University Press, 2019.

A ONU, A PAZ E A SEGURANÇA. ONU BRASIL. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/>>. Acesso em 29 jun. 2020.

CRONOLOGIA: LÍBANO. BBC BRASIL, 2003. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/000000_tlibano.shtml>. Acesso em: 28 mai. 2020.

FATALITIES. UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/fatalities>>. Acesso em 29 jun. 2020.

FRAGATA “INDEPENDÊNCIA” ASSUME COMO NOVO CAPITÂNIA DA FRÇA-TAREFA MARÍTIMA DA UNIFIL. MARINHA DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/node/939>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNAMID FACT SHEET. UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/unamid>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UNIFIL BACKGROUND. UNIFIL. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-background#para17>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

UNIFIL MANDATE. UNITED NATIONS, 2019. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-mandate>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

UNIFIL MAPS. UNIFIL. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-maps>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

UNIFIL MARITIME TASK FORCE. UNIFIL, 2019. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>>. Acesso em 03 jun. 2020.

UNIFIL OPERATIONS. UNIFIL, 2016. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-operations>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

UNIFIL PRESS KIT. UNIFIL. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/unifil_press_kit.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020.

UNIFIL SAILORS OF PEACE: THE BRAZILIANS. UNIFIL, 2020. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-sailors-peace-brazilians>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PARTIAL ROTATIONS OF UNIFIL TROOPS RESUME. UNIFIL, 2020. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/partial-rotations-unifil-troops-resume>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

QUAL É A ORIGEM DO NOVO CORONAVÍRUS?. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/27/qual-e-a-origem-do-novo-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

REPORT S/12611 (1978). UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Disponível em: <<https://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/00ECA24D7952AD83852568BA0070C4B9>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SECURITY COUNCIL DECLARES SUPPORT FOR FREE, FAIR PRESIDENTIAL ELECTION IN LEBANON; CALLS FOR WITHDRAWAL OF FOREIGN FORCES THERE. UNITED NATIONS, 2004. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2004/sc8181.doc.htm>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SOBRE A DOENÇA. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

WINTER, Chase. O QUE SÃO AS COLINAS DE GOLÃ E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA? DW, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-que-s%C3%A3o-as-colinas-de-gol%C3%A3-e-qual-a-sua-import%C3%A2ncia/a-48025078>>. Acesso em: 04 jul. 2020.